



Primeira revisão ao programa Extended Fund Facility entre FMI e Angola

Durante o mês de Junho, o FMI publicou a primeira revisão ao programa de assistência acordado com as autoridades angolanas sendo que esta avaliação foi, de forma geral, bastante positiva.

Julho de 2019

Durante o mês de Junho, o FMI publicou a primeira revisão ao programa de assistência acordado com as autoridades angolanas sendo que esta avaliação foi, de forma geral, bastante positiva. Apesar das condições externas adversas à economia, o fundo reconhece que os esforços do executivo angolano mantiveram a execução do plano num caminho positivo. Este artigo examina as condições deste acordo com destaque para o grau de execução das medidas de curto e médio prazo.

“(...) resultou no desembolso de uma das tranches do empréstimo no valor de USD 248,15 milhões.”

O Fundo Monetário Internacional (FMI) quando exerce a sua função de financiador internacional a economias em situação de desequilíbrio, acorda com o governo do país em causa um programa de ajustamento macroeconómico de forma a ultrapassar os desequilíbrios iniciais. Estes ajustamentos económicos servem igualmente como garantia de que o país terá capacidade de pagar o empréstimo no futuro, uma vez que o FMI necessita de fazer uma cuidadosa gestão dos seus fundos para que possa apoiar financeiramente os restantes países sempre que necessário. De forma a melhor monitorizar a execução do plano, o Fundo cede o empréstimo em tranches - e não de uma só vez - consoante o resultado de avaliações periódicas que analisam o grau de execução das medidas acordadas. Adicionalmente, estas avaliações permitem a ambas as partes a renegociação de possíveis alterações à execução do plano, como novos objectivos ou novas datas para as metas. Durante o mês de Junho, o FMI publicou a primeira revisão ao programa de assistência acordado com as autoridades angolanas sendo que esta resultou no desembolso de uma das tranches do empréstimo no valor de USD 248,15 milhões, totalizando um montante até agora recebido de USD 1,24 mil milhões.

Métricas de avaliação do programa

O cumprimento do plano é avaliado através de três diferentes tipos de objectivos:

- *Performance criterias* (PC): condições específicas e mensuráveis, relacionadas com variáveis macroeconómicas sobre controlo das autoridades angolanas, que necessitam de ser cumpridas para se completar com sucesso cada revisão;
- *Indicative targets* (IT): indicadores quantitativos que podem ser acrescentados aos performance criteria, especialmente se houver dificuldades relativas à recolha de dados estatísticos que não permitam que os objectivos sejam definidos com uma precisão exacta;
- *Structural benchmarks* (SB): reformas de carácter mais geral, muitas vezes não quantificáveis, mas que, no entanto, são essenciais para os objectivos serem atingidos. Normalmente são objectivos estruturais a cumprir num prazo mais alargado.

Quatro das cinco *performance criterias* foram respeitadas. No entanto, havia também sido acordado que não deveriam haver atrasos nos pagamentos de dívida externa por parte do governo central e do BNA, objectivo que não foi cumprido. Ainda assim, o executivo angolano e o FMI acordaram o abandono deste último critério, pelo que a sua falha não comprometeu a avaliação.

No que toca aos *indicative targets*, todos foram respeitados. Já os objectivos estruturais, *structural benchmarks*, apenas um foi atingido. No entanto, dos restantes três, um foi já atingido depois do relatório estar concluído e o FMI reporta que os restantes dois serão atingidos em breve.

Deterioração do ambiente externo

O relatório do FMI aponta também para uma instabilidade das condições externas - exógenas às decisões de política por parte do executivo angolano - que têm criado alguma incerteza quanto ao cumprimento do plano. Entre elas está a volatilidade do preço do Brent, que cria uma grande volatilidade nas receitas petrolíferas do Estado. Adicionalmente, refere a guerra comercial entre os EUA e a China como um factor de grande perturbação, uma vez que a China é dos maiores parceiros comerciais e credores do Estado angolano. Ainda assim, o relatório ressalva que o governo tem respondido com uma política fiscal adequada, mantendo-se fiel aos ajustes acordados e ultrapassando as adversidades externas. Um exemplo disso é a implementação do Orçamento de Estado rectificativo, que assumiu uma postura bastante mais conservadora quanto ao preço médio do petróleo para o ano de 2019 face ao orçamento anterior.

Política Monetária e Fiscal

Apesar do Fundo reconhecer que têm sido feitos bastantes esforços para flexibilizar o mercado cambial, assera que a total flexibilização ainda não foi atingida, nomeadamente pela existência de uma banda de 2% para a revenda de moeda estrangeira por parte dos bancos comerciais aos clientes face à taxa apurada em leilão ou pela possibilidade do BNA eliminar propostas para o cálculo da taxa de câmbio que considere especulativas (Instrutivos nº 19 e 20/2018).

Paralelamente, o FMI aconselha que a política monetária se torne mais restritiva e que o BNA use a base monetária como âncora nominal, ao invés da taxa de câmbio.

bio. Nesse sentido, uma vez que se caminha para um mercado cambial liberalizado, uma política monetária mais restritiva com o objectivo de atingir um nível de inflação de apenas um dígito ajudaria a que fosse reposta a confiança no Kwanza e dessa forma reduzir a procura precaucionária por moeda externa por parte dos agentes económicos.

“ A segunda avaliação está agendada para 30 de Setembro de 2019.”

No campo fiscal, o FMI espera que os planos de privatizações permitam reduzir a influência do Estado na actividade económica e dessa forma reduzir a sua exposição fiscal, assim como reduzir as distorções de preços que se verificam em certos sectores e aumentar a eficiência económica. Adicionalmente, irá abrir caminho para o desenvolvimento e diversificação económica liderada pelo sector privado.

Confiança no sucesso do programa

Por último, o FMI termina a primeira revisão reforçando a confiança no cumprimento do programa e no sucesso que este terá no fortalecimento da confiança dos investidores. A segunda avaliação está agendada para 30 de Setembro de 2019 e servirá para aprovar uma nova tranche do empréstimo, também no valor de USD 249 milhões.

Descrição	Objectivo[1]	Observado
Performance criterias		
Mínimo de reservas internacionais	USD 10.100 milhões	USD 10.286 milhões
Máximo de obrigações do governo central para com o BNA	Kz 150 mil milhões	Kz 150 mil milhões
Limite máximo do défice primário não-petrolífero do governo central[2]	Kz 484 mil milhões	Kz 484 mil milhões
Limite máximo de nova emissão de dívida externa colateralizada à produção petrolífera	USD 0	USD 0
Não ocorrência de atrasos nos pagamentos de dívida externa por parte do governo central e do BNA	USD 0	Abandono do critério
Indicative targets		
Máximo de stock de dívida por parte do governo central e Sonangol	Kz 27.348 mil milhões	Kz 27.348 mil milhões
Mínimo de despesas de carácter social[3]	Kz 200 mil milhões	Kz 200 mil milhões
Máximo para a acumulação de atrasos nos pagamentos do governo central[4]	Kz 100 mil milhões	Kz 100 mil milhões
Máximo de pagamentos relativos a dívida externa colateralizada à produção de petróleo por parte do governo central	USD 711 milhões	USD 711 milhões
Structural benchmarks		
Eliminar a procura excessiva por moeda externa através de um mercado cambial com bom funcionamento		Cumprido apenas em Abril
Publicar anualmente a estratégia de gestão da dívida e plano anual de endividamento, em linha com conselhos do Banco Mundial e FMI		
Rever e submeter uma a Lei de Combate ao financiamento de terrorismo e branqueamento de capitais à Assembleia Nacional de acordo com os padrões estabelecidos pela FATF, com particular atenção às pessoas expostas politicamente, seguindo os conselhos do FMI		Espera-se que seja cumprido até o final de Setembro
Implementar procedimentos operacionais (que incluam reavaliação de activos e acordos de reestruturação de dívidas) para implementar na R credit de forma a maximizar as recuperações e minimizar os custos fiscais.		Modificado para o final de Junho

Legenda:

Executado
Em execução
Por executar

Notas:

[1] Os objectivos são referentes ao mês de Março.

[2] O limite é cumulativo desde 1 de Janeiro.

[3] Despesas de educação, saúde, protecção social e serviços comunitários.

[4] Para esta avaliação, apenas foram contabilizados os pagamentos domésticos. A próxima avaliação irá incluir os pagamentos externos também.

Este documento foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda.

Autor da publicação:

Afonso Souto de Moura, Consultor Económico.

E-mail: afonso.soutodemoura@easypeople.co.ao

Relatório completo a 18 de Julho de 2019, 09:00 (GMT+1)

Relatório divulgado a 19 de Julho de 2019, 00:00 (GMT+1)

Este relatório é divulgado somente pelo site da Kitambo Business Consulting.

Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KITAMBO BUSINESS CONSULTING

Este relatório de pesquisa foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda. Este é fornecido apenas para fins informativos e não deve ser considerado como uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra ou venda de instrumentos (ou seja, instrumentos financeiros aqui mencionados ou outros interesses no que diz respeito a tais instrumentos financeiros).

O relatório de pesquisa foi preparado de forma independente e exclusivamente com base em informações disponíveis publicamente que a Kitambo Business Consulting considera confiáveis. Apesar de ter sido tomado um cuidado razoável para assegurar que o seu conteúdo não é falso ou enganoso, não é feita nenhuma representação quanto à sua exactidão ou integridade sendo que a Kitambo Business Consulting não assume qualquer responsabilidade por qualquer perda directa ou consequential, incluindo, sem limitação, qualquer perda de lucros, decorrente da confiança neste relatório de pesquisa.

As opiniões aqui expressas são as opiniões dos analistas responsáveis pela elaboração do relatório de pesquisa e reflectem o seu julgamento de acordo com a data deste documento. Estas opiniões estão sujeitas a alterações e a Kitambo Business Consulting não se compromete a notificar qualquer destinatário deste relatório de tais alterações nem de quaisquer outras alterações relacionadas com as informações fornecidas aqui. A KBC não se responsabiliza por qualquer perda de qualquer pessoa com base nesta publicação.

A KBC é uma empresa de consultoria de gestão, fundada em Angola e conhecedora do mercado africano.

Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KBC

KITAMBO BUSINESS CONSULTING